



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR

Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia

DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 30879420240055-003492 /2024

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

1. Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizador(a): **Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

Nome da autoridade competente: **Vanderley Ziger.**

Número do CPF: *****.101.019-**.**

Nome da Secretaria/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria nº 564, de 13 maio de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 14 de maio de 2024, Edição nº 92, Seção 2, pág. 1.**

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: **UG 490051/Código de Gestão 00001 - Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **UG 490051 - Secretaria de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

1. Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr**

Nome da autoridade competente: **João Paulo Sales Macedo.**

Número do CPF: *****.737.643-****

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: **Portaria Nº 69, de 26 de janeiro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 27 de janeiro de 2023, Edição Nº 20, Seção 2, Página 15.**

2. UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **UG 156680/Código de Gestão 26455 – Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr**

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: **UG 156680 – Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr**

3. OBJETO

Apoiar as comunidades de camponeses, quilombolas, assentados de reforma agrária e etnias na manutenção das Unidades Técnico Pedagógicas do Quintal Agroecológico e realização de ações de formação e construção do conhecimento.

4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED

Metas:

Meta 1. Formação de jovens assentados, quilombolas e indígenas, em Assistência técnica e extensão rural nas Unidades Técnico Pedagógicas (UTP) do Quintal Agroecológico, Ecomuseus e Sistemas Agroflorestais:

Etapa 1.1 – Executar um curso de formação em ATER Agroecológica, com foco nas tecnologias socioambientais, agroecologia, sistemas agroflorestais e economia circular;

Etapa 1.2 - Assessoria as atividades práticas do curso em ATER Agroecológica como processo de formação profissional em alternância dos jovens junto às 8 Unidades Técnico-Pedagógicas dos Quintais Agroecológicos e aos PUPFs dos assentados de reforma agrária, quilombolas e povos indígenas, durante o período de 12 meses;

Etapa 1.3 – Utilizar as 8 Unidades técnica-pedagógicas dos Quintais Agroecológicos, Sistemas Agroflorestais (Sítio do Caripina, Parnaíba e do Sítio Capoeira do Quilombo Veredas dos Anacleto, Esperantina) e Pátio de conhecimentos do Ceplates no Cais Hub, como Escola de Conhecimentos e Intercâmbios Agroecológicos de formação de técnicos e de intercâmbio de saberes camponeses.

Meta 2. Construção de Projetos das Unidades Produtivas Familiares, com fomento e geração de renda para agricultores e agricultoras familiares:

Etapa 2.1 – Realizar oficinas de diagnóstico e planejamento participativo para formação de técnicos e técnicas, com práticas nas Unidades Produtivas Familiares (UPFs) dos assentados de reforma agrária, quilombolas e povos indígenas;

Etapa 2.2 – Construir conhecimentos com formação socioprofissional de jovens técnicos e técnicas para a construção de Projetos das Unidades Produtivas Familiares (PUPFs) dos assentados de reforma agrária, quilombolas e povos indígenas, para acesso ao Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), microfinanças e microcrédito junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco dos Cocais.

Meta 3. Apoio à comercialização em mercado de ciclo curto, digital (inbout) e institucional:

Etapa 3.1 – Executar como práticas formativas socioprofissional dos jovens rurais a construção de mecanismos de marketing, plano de comercialização e estratégias de mercado de ciclo curto e institucional para os PUPFs;

Etapa 3.2 – Apoiar a criação de Centrais de Distribuição e Comercialização para os mercados locais, territoriais e institucional, com uso de ferramentas digitais, Mídias Sociais, Chatbot e outros instrumentos de Comercialização e Atendimento às Demandas de Aquisição de produtos e serviços da agricultura familiar – APP.

Meta 4. Gestão administrativa Financeira do Projeto:

Etapa 4.1 Gestão administrativa e financeira junto ao prestador de serviço credenciado a IES.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED

A desvalorização do conhecimento endógeno e geracional do manejo sustentável da agricultura familiar, da pesca artesanal e da aquicultura de base ecológica, a deficiente inclusão socioproductiva, profissional e de acesso às políticas públicas para as juventudes e mulheres do campo, têm provocado êxodo rural, pobreza e aumento das vulnerabilidades sociais no Nordeste do Brasil e em especial no estado do Piauí. Essa realidade atinge, segundo Rosset et al (2021), principalmente jovens e mulheres camponesas, que continuam migrando para as periferias das cidades, sem qualificação e expondo-se ainda mais as vulnerabilidades sociais.

Retratando as obras, Geografia da fome e o Mito do desenvolvimento econômico, dos cientistas brasileiros Josué de Castro e Celso Furtado, traduzidas para versão cultural do artista Chico Science, na letra da música Da lama ao caos, “Posso sair daqui ... O sol queimou, queimou a lama do rio, ... E um caranguejo andando pro Sul, saiu do mangue, virou gabiru, ô Josué, eu nunca vi tamanha desgraça, quanto mais miséria tem, mais urubu ameaça”, esses homens e mulheres caranguejos, saem do Delta de Parnaíba, Território da Planície Litorânea ou do cerrado - transição amazônica no Território dos Cocais do Piauí para as grandes cidades brasileiras, por não ter opção de viver em seus lugares de origem.

A migração campo-cidade tem sido decorrente do modelo de agricultura convencional. Historicamente, o Brasil tem usado os recursos naturais em uma racionalidade exclusivamente econômica, em monocultivos industriais, transformando alimentos em mercadorias, diminuindo os recursos naturais e a biodiversidade dos ecossistemas. Segundo Molina (2022 p. 37), “los daños ambientales del desarrollo de las ciudades y de la agricultura convencional disminuyen la capacidad productiva de los agroecosistemas”, situação que tem pisoteado a cultura camponesa, contribuindo com a pobreza e a fome nas áreas rurais, o que tem sido agravado pelas mudanças climáticas, com perdas de espécies, aumento das enchentes e do prolongamento das estiagens.

A agricultura familiar é subvalorizada, afetada pelos limitados investimentos, precárias condições educacionais, deficiente conectividade, adstrito aporte de tecnologias socio profissionalizantes, limitada Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e quase inexistente acesso a microfinanças, crédito e fomento as unidades produtivas familiares.

Associado ao fato de nas escolas do campo acumularem precariedades na estrutura física, nas condições de trabalho, reunindo estudantes de turmas distintas em classes multisseriadas e/ou de unidocentes, além de atuarem com currículos que não atendem à realidade camponesa. Nesse sentido, a profissionalização desses jovens não acolhe a necessidade de conhecimento tecnológico sustentável para a realidade da agricultura familiar, com destaque para os conteúdos curriculares serem urbanos e focados para atender quase que exclusivamente a indústria e o comércio.

As juventudes rurais e as mulheres do campo, não querem migrar de seus locais de vivências, mas se veem obrigadas, por conta da ausência de políticas que atendam os direitos da juventude rural e apoiem a mulher camponesa. Esses contextos populares clamam por conhecimento, profissionalização e valorização de suas identidades e comunidades no âmbito de seus territórios de pertencimentos, com fomento a educação do/no campo, pesquisa participativa e extensão rural de princípios agroecológicos, que promova a inclusão tecnológica, organização das cadeias de valores e apoio à comercialização em mercado de ciclo curto, institucional e digital.

Dentre as tecnologias do/no campo que atuam com os agricultores familiares, os quintais produtivos têm fortalecido a produção para o autoconsumo e a produção de excedentes para a comercialização em mercado de ciclo curto, evidenciando sinais de promoção da transição agroecológica (SILVA, 2017). Para Silva e Rocha (2022), as tecnologias socioambientais têm atuado com práticas significativas de extensão rural e educação do/no campo para contextos da agricultura familiar, especificamente no âmbito das unidades técnico-pedagógicas dos Quintais Agroecológicos, com foco nas estratégias de produção de conhecimentos, alimentos, trabalho e renda.

Os Quintais fazem parte de saídas dialogadas, com ações compartilhadas e aprendizagens mútuas nas tecnologias socioambientais, que se apresentam como estratégias de Soluções Baseadas na Natureza (SBN), experiências que impulsionam a visão holística, a integração, a multidisciplinaridade, racionalidade ambiental e a coevolução dos saberes, reaproximando as pessoas a natureza.

Os Quintais Agroecológicos, segundo Silva e Rocha (2022) e Rocha e Silva (2021), mobilizam um conjunto de tecnologias sustentáveis, associando Aquicultura em Sistema de Recirculação de Água, acrônimo de Recirculating Aquaculture System (RAS), ao manejo de galinhas para postura e agricultura sustentável, para produzir alimentos saudáveis, a partir do uso consciente dos recursos naturais e da biodiversidade. As tecnologias socioambientais (SBNs) são compostas por 6 tanques circulares em RAS de 10 m³ com aporte de oxigênio e filtros de água, 3 canteiros econômicos para horta, cada unidade com capacidade para 40 pés de alfaces, um galinheiro móvel para 35 galinhas em sistema de pastagem voltadas para a postura (produção de ovos), um pomar com 50 fruteiras (enxertadas) com sistema de irrigação (microaspersão e gotejamento), roçado com aproximadamente 400 m² irrigado com mangueira microperfurada e um reservatório de água de 2m³ com estrutura elevada para garantir o abastecimento por gravidade.

A aquicultura atua com águas verdes, produção de biodiversidade primária, plâncton (fito e zoo), principalmente os micros crustáceos, com destaque para as cladóceras (dáfnia e moina), copépodos e copepóditos, que apoiam a nutrição dos peixes com sais minerais, aminoácidos essenciais, lipídeos e ácidos graxos, aumentando a imunidade e saúde animal. O alimento natural é decorrente de produção primária e funciona como complemento nutricional da ração comercial, segundo Pires et al (2021), apresentam diferentes efeitos benéficos a crescimento dos peixes.

O processo de engenharia aquícola da RAS, como afirma Silva (2017), utiliza tanque circular (PVC flexível, PEAD ou de ferrocimento), que carrega a água através de um dreno central por gravidade para o filtro decantador que retém partículas sólidas em suspensão de até 100 micras. O fluxo de água segue para o filtro mecânico composto de mídias a base de “lixo” entulhos de tijolo, telhas, pedras e cascalho de variadas formas, granulometria e elasticidade, com capacidade de reter resíduos de até 40 micras, oriundos de sobras de ração e excremento animal.

Em seguida a água é drenada para o filtro biológico que recebe os sólidos em suspensão menores que 40 micras. Os materiais filtrantes são reciclados de nylon de pesca, PVC, PET e tampas de PET, que servem de substrato e abrigo para as bactérias nitrificantes (pseudomonas, nitrospira, gemmobacter, devorsia e outras), que atuam realizando a transformação da amônia (NH₃) e nitrito (NO₂), ambas tóxicas aos organismos aquáticos em cultivo, em nitrato que é inerte aos peixes. As mídias filtrantes alternativas (resíduos sólidos) têm colonizado de 100 a 120 colônias de bactérias/cm². Esse processo garante a qualidade sanitária e economia da água, que é devolvida ao tanque de cultivo, por meio de uma bomba de recirculação.

Para Silva e Vasconcelos (2020) e Silva (2017) a água carregada do tanque para o sedimentador, filtro mecânico e biológico, tem a função de capturar sólidos em suspensão, limpar e diminuir uso de água, colaborar com bom desempenho de crescimento animal, possibilitando a integração da aquicultura ao cultivo agrícola, pois permite o aproveitamento da água residual rica em nitrogênio, fosforo e potássio (NPK), provenientes da retrolavagem dos filtros, transformando-se em fertilizantes para nutrir as hortaliças, roçados e pomares, conforme afirmam Silva e Rocha (2022).

A extração de nutrientes como NPK de resíduos da aquicultura é realizado por decantação, biodigestão anaeróbica e/ou por desidratação, processos nos quais os resíduos orgânicos são decompostos por bactérias em um ambiente sem oxigênio e/ou através de um desidratador solar que retira a água residual da limpeza dos filtros, transformando em biomassa seca, biogás e biofertilizante.

O sistema de criação de peixes do quintal agroecológico é capaz de atuar com 3 ciclos produtivos de cultivo/ano, somado a produção de ovos, galinhas, hortaliças, frutas, temperos, dentre outros cultivares para autoconsumo. Os excedentes buscam obter variados centros de resultados produtivos e financeiros, com produtividade de mais de 90 kg/pescado/m³/ano, 48 pés de alface/rúcula/coentro/cebolinho, ciclo de 60 a 70 dias, somados a 30 ovos/dia, abate de 30 galinhas em intervalos de 120 dias, dentre outros produtos, que geram Índice de Lucratividade (IL) de 48%, Taxa Interna de Retorno (TIR) de 52 % e Payback 2,1 (anos), considerando prazo de 6 anos para pagar, juros 6,5% a.a. e índice de confiança 0,001%, (SILVA e ROCHA, 2022; PEREIRA et al., 2021).

Embora as tecnologias socioambientais do projeto tenham avançado na construção, execução e capacitação dos envolvidos em sua montagem e/ou construção, carece de apoio aos processos de extensão rural, especificamente ações de ‘capacitação’ construção de conhecimentos em manejo

(aquícola e agrícola) e assessoria (técnica, organizacional e de gestão), associado ao atendimento a demanda de construção dos projetos para as unidades familiares dos agricultores. Também mediação de políticas públicas e de acesso a microfinanças e crédito, necessários para ampliar as estratégias de produção de alimentos, trabalho e renda, fundamentais para garantir a inserção do camponês educando e sua família como protagonistas do processo educativo, identitário, profissionalizante e de pertencimento territorial.

As unidades técnicos-pedagógicas e os ecomuseus dos Quintais Agroecológicos, segundo Rocha e Silva (2021) e Vasconcelos e Silva (2021) necessitam de extensão, micro finanças/crédito e políticas públicas, nos territórios da Planície Litorânea, Cocais e Entre Rios, em 16 comunidades, em 13 municípios, abrangendo mais de 1.500 famílias de camponeses. Os contextos populares envolvidos com o programa, estão inseridos nas organizações de base da agricultura familiar: em São João do Arraial na Escola Família Agrícola (EFA Cocais); em Esperantina nas comunidades remanescentes quilombolas Olho D'Água dos Negros e Vereda dos Anacleto; em Batalha nos Assentamentos do crédito fundiário Descoberta, gerido pela União de Mulheres de Batalha e Assentamento Espírito Santo; em Piracuruca na Escola Técnica Agrícola Estadual Antônio Fortes; em Pedro II na Escola da Família Agrícola Santa Ângela (EFASA) e no assentamento Pedra Branca; em Lagoa de São Francisco, junto a Associação de Nazaré das Etnias Itamaraty, Tamoios e Tabajara; Piri-piri na comunidade remanescente quilombola Sussuarana; em Luzilândia, gerido pelo grupo de jovens Olga Benário, no assentamento Palmares; Estação de Aquicultura em Parnaíba; no CEEPRU Deputado Ribeiro Magalhães em Cocal; na associação do Coqueiro em Luís Correia; em Palmeirais no assentamento Corrente Nova Esperança e no Assentamento Castelo.

Buscando contribuir com o processo, o Grupo de pesquisa e extensão em Bioeconomia de produtos, processos e serviços ambientais, aquícolas e agrícolas; e de Agroecologia e Tecnologias de bioprodutos socioambientais, associado a Estação de Aquicultura da Universidade Federal do Delta de Parnaíba, o Centro de Estudos, Planejamento e Tecnologias Sustentáveis (CEPLATES) e a Secretaria de Agricultura Familiar do Estado do Piauí (SAF-PI), propõem o Programa Quintais Agroecológicos, composto pelos projetos: (i) Unidades técnico-pedagógica dos Quintais e Extensão (rural, aquícola e pesqueira) de princípios agroecológicos; e (ii) Apoio a microfinanças e mercado de ciclo curto e institucional. O Processo técnico pedagógico consiste em um grupo de gestão do projeto atuará como articulador de enlaces institucionais, construção de conhecimentos 'capacitação' e assessoria aos técnicos(as) de campo nos territórios e comunidades, os quais apoiarão a edificação dos planos/projetos de empreendimentos as unidades produtivas familiares dos camponeses, com intuito de apoiar o acesso a micro finanças e microcréditos, conforme descreve o fluxo didático, anexo 1.

Os projetos que compõem o programa, de forma integrada, atuarão para apoiar a autonomia e emancipação social das comunidades camponesas, jovens rurais e mulheres do campo, como alternativa de substituição evolutiva dos auxílios sociais (bolsa família) no Piauí. Na prática, o trabalho busca responder ao clamor da sociedade, se com o uso de tecnologias socioambientais (SBNs) das unidades técnico-pedagógicas, apoiadas por abordagens de empreendedorismo, capacitação, plano de empreendimentos, construção de projetos das unidades produtivas familiares, Assistência Técnica e Extensão Rural, direcionadas a apoio de microfinanças, promoverão a profissionalização (jovens e mulheres rurais), a produção de alimentos saudáveis (pescado, galinhas e agrícolas), a promoção de trabalho e a geração de renda, nos territórios de desenvolvimento do Piauí?

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

() Sim

(X) Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.

Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.

Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem fins lucrativos, organismos internacionais ou fundações de apoio regidas pela Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

Sim

Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos, até o limite de 20% do valor global pactuado, conforme art. 20, VI do Decreto 10.426 de 16 de julho de 2020:

1. Despesas de apoio na gestão administrativa e financeira de contratos da Fundação Cultural e de Fomento à Pesquisa, Ensino, Extensão e Inovação (FADEX) correspondendo a 8,35% (R\$ 63.312,54) do valor global.

2. Despesas de apoio operacional e administrativa da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), a título de ressarcimento à UFDPAr, pelo uso de seus espaços físicos, bens e equipamentos correspondendo a 8,35% (R\$ 63.312,54) do valor global.

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total (R\$)	Início	Fim
META 1	Formação de jovens assentados, quilombolas e indígenas, em Assistência técnica e extensão rural nas Unidades Técnico Pedagógicas (UTP) do Quintal Agroecológico, Ecomuseus e Sistemas Agroflorestais.	Unidade	01	R\$ 226.820,40	R\$ 226.820,40	11/2024	12/2025
Etapa 1.1	Executar um curso de formação em ATER Agroecológica, com foco nas tecnologias socioambientais,						

	agroecologia, sistemas agroflorestais e economia circular.						
Etapa 1.2	Assessoria as atividades práticas do curso em ATER Agroecológica como processo de formação profissional em alternância dos jovens junto às 8 Unidades Técnico-Pedagógicas dos Quintais Agroecológicos e aos PUPFs dos assentados de reforma agrária, quilombolas e povos indígenas, durante o período de 12 meses.						
Etapa 1.3	Utilizar as 8 Unidades técnica-pedagógicas dos Quintais Agroecológicos, Sistemas Agroflorestais (Sítio do Caripina, Parnaíba e do Sítio Capoeira do Quilombo Veredas dos Anacleto, Esperantina) e Pátio de conhecimentos do Ceplates no Cais Hub, como Escola de Conhecimentos e Intercâmbios Agroecológicos de formação de técnicos e de						

	intercâmbio de saberes camponeses.						
PRODUTO	Relatório de implementação e utilização da Unidade Técnico Pedagógica.						
META 2	Construção de Projetos das Unidades Produtivas Familiares, com fomento e geração de renda para agricultores e agricultoras familiares.	Unidade	01	R\$ 203.152,50	R\$ 203.152,50	02/2025	12/2025
Etapa 2.1	Realizar oficinas de diagnóstico e planejamento participativo para formação de técnicos e técnicas, com práticas nas Unidades Produtivas Familiares (UPFs) dos assentados de reforma agrária, quilombolas e povos indígenas.						
Etapa 2.2	Construir conhecimentos com formação socioprofissional de jovens técnicos e técnicas para a construção de Projetos das Unidades Produtivas Familiares (PUPFs) dos assentados de reforma agrária, quilombolas e povos indígenas,						

	para acesso ao Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), microfinanças e microcrédito junto ao Banco do Nordeste (BNB) e Banco dos Cocais.						
PRODUTO	Relatório dos Eventos realizados na Unidade Técnico Pedagógica e participação em Feiras Agroecológicas.						
META 3	Apoio à comercialização em mercado de ciclo curto, digital (inbout) e institucional.	Unidade	01	R\$ 203.152,50	R\$ 203.152,50	12/2024	12/2025
Etapa 3.1	Executar como práticas formativas socioprofissional dos jovens rurais a construção de mecanismos de marketing, plano de comercialização e estratégias de mercado de ciclo curto e institucional para os PUPFs.						
Etapa 3.2	Apoiar a criação de Centrais de Distribuição e Comercialização para os mercados locais, territoriais e institucional, com uso de ferramentas digitais, Mídias Sociais, Chatbot e						

	outros instrumentos de Comercialização e Atendimento às Demandas de Aquisição de produtos e serviços da agricultura familiar – APP.						
PRODUTO	Relatório de comercialização em mercado de ciclo curto, digital (inbout) e institucional.						
META 4	Gestão administrativa e financeira do Projeto.	Unidade	02	R\$ 63.312,54	R\$ 126.625,08	11/2024	12/2025
Etapa 4.1	Gestão administrativa e financeira junto ao prestador de serviço credenciado a IES.						
PRODUTO	Relatório técnico financeiro e Prestação de Contas final.						

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
Novembro/2024	R\$ 300.000,00
Março/2025	R\$ 459.750,48
TOTAL	R\$ 759.750,48

11. PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO - PAD

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO	VALOR PREVISTO
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	Não	R\$ 633.125,40
339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	Sim (16,7%)	R\$ 126.625,08

12. PROPOSIÇÃO

Parnaíba/PI, novembro de 2024.

João Paulo Sales Macedo

Reitor da Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr

13. APROVAÇÃO

Brasília/DF, novembro de 2024.

Vanderley Ziger

Secretário de Agricultura Familiar e Agroecologia - SAF/MDA



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO PAULO SALES MACEDO, Usuário Externo**, em 11/11/2024, às 10:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanderley Ziger, Secretário(a)**, em 12/11/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:

[https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **38908728** e o código CRC **25BD805F**.